

REVISTA DE

Praia - Nº 1 - Dezembro 2007

ESTUDOS

CABO-VERDIANOS

EDIÇÕES

UNIVERSIDADE
CABO VERDE

uni3

FICHA TÉCNICA

Título

Revista de Estudos Cabo-Verdianos

Propriedade

Universidade de Cabo Verde

Editor Responsável

Cláudio Furtado

Conselho Editorial

Kesha Fikes

Carlos Rocha

José Carlos Anjos

Iolanda Évora

Cláudio Furtado

Cristina Pires-Ferreira

Revisão de textos

Arminda Brito

Impressão e Acabamento - INCV, SA**Coordenação**

Gabinete de Comunicação e Imagem da Uni-CV

Layout, Paginação e Capa

SERVICENTER, Projecto em Harmonia Digital

Palmarejo - A, Praia – Santiago, Cabo Verde

Tel. (+238) 262 84 98, Móvel: (+238) 992 52 57

Email: jorgedores@yahoo.com.br

Redacção e Assinaturas

Revista de Estudos Cabo-Verdianos

Praça Dr. António Lerenó

Caixa Postal 379-C Praia – Santiago, Cabo Verde

Tel. (+238) 261 99 04; Fax: (+238) 261 26 60, email: reitoria@unicv.gov.cv

Índice

Editorial	7
Universidade de Cabo Verde: desafios da estruturação de um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento <i>José Alexandre Oliveira Vera-Cruz</i>	9
Civil Society and the State: Bargaining in the Development “Market-Place” <i>Elizabeth Pilar Challinor</i>	21
Morabeza e Cultura Política de Matriz Ibérica: Entre Críticas e Apologias <i>Leão Jesus de Pina</i>	41
Saberes, Representações e Práticas: A Escola Cabo-Verdiana, inícios da Centúria Passada <i>Maria Adriana Sousa Carvalho</i>	59
Capital Social e Desenvolvimento das Comunidades Piscatórias na Ilha de Santiago <i>António José Medina dos Santos Baptista, Higinio Gomes Lopes, Olga Ludemilla Leite Brito, Victor Henrique Gomes Tavares</i>	73
Comportamento Intertemporal da Elasticidade de Substituição na Pesca Artesanal em Cabo Verde <i>António José Medina dos Santos Baptista</i>	81
DOSSIER ESPECIAL	
I ENCONTRO DE JOVENS INVESTIGADORES CABO-VERDIANOS	
A Morte e a Determinação da Subjectividade <i>José Manuel Sanches Tavares</i>	95
Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário <i>Suzano Ferreira Costa</i>	113
Feminismos e Pós-Colonialismos no Limiar do Século XXI <i>Eurídice Furtado Monteiro</i>	143
O Ordenamento do Território em Cabo Verde: Constrangimentos e Desafios <i>Carlos Tavares</i>	151
Segunda Geração e Crise de Identidade: Breve Discussão de Conceitos <i>Francisco Avelino Carvalho</i>	167
RESENHA	
Abolição da Escravatura – Subsídios para o Estudo <i>Iva Cabral</i>	177

Saberes, Representações e Práticas: A Escola Cabo-Verdiana, inícios da Centúria Passada

Maria Adriana Sousa Carvalho

Historiadora, Professora Universitária

RESUMO/ ABSTRACT

O presente artigo pretende analisar as práticas e as representações da escola cabo-verdiana num contexto de dominação colonial. Apresenta-se a configuração do sistema de ensino e de uma cultura escolar assente na matriz da educação colonial e impregnada de sinais de contextualização e de vontade de diferença. O contraponto entre os normativos dos programas de ensino e o quotidiano escolar – espaços, ambiente de exclusão e assimetrias – aproxima-nos das condições reais de transmissão de saberes e de inculcação de valores.

The present article is intended to analyze the practices and representations of the Cape Verdean school within a context of colonial domination. The article presents the configuration of the educational system and of an academic culture founded on the matrix of colonial education and impregnated with signs of contextualization and a desire for difference. The counterpoint between the norms of the educational programs and the day-to-day school experience – spaces, the environment of exclusion and asymmetries – brings us closer to the real conditions of the transmission of knowledge and the instilling of values.

A configuração do sistema educacional cabo-verdiano – num contexto histórico marcado por relações de dominação colonial – resultou do cruzamento da dinâmica social com as imposições do poder. A circulação de ideias pedagógicas, cujo eco chegava às ilhas, de forma difusa e ocasional, enformou a cultura escolar, que se foi forjando nos primórdios da centúria passada.

Segundo Bourdieu e Passeron, “le système d’enseignement contribue à perpetuer une fonction sociale de conservation et de consécration du pouvoir et des privilèges” (Bourdieu & Passeron, s.d., p. p. 204). A escola colonial cumpriu de facto este papel de controlo social e de doutrinação ideológica, mediado pelo “discurso pedagógico republicano [que] depositava desmedida confiança no progresso social, atribuindo à educação e à escola um papel decisivo na consecução das novas metas

estabelecidas” (Fernandes, 2004, p. p. 596). Luís Vidigal considera que neste período se gerou a contradição entre a simpatia sentida pelo “bom selvagem” e a crença na necessidade de o “civilizar” (1996, p. 398).

Sem perder de vista a articulação entre os elementos constituintes do sistema educativo e a complexidade dos vínculos criados pela relação colonial, iremos privilegiar, neste ensaio, aspectos da cultura escolar, entendida “como un conjunto de normas que definen saberes a enseñar y conductas que se deben inculcar y como la serie correlativa de prácticas, construidas en el seno de las instituciones educativas, a lo largo del tiempo, que permiten la transmisión de las disciplinas y la incorporación de las disciplinas y los comportamientos en la formación de los sujetos, en el marco de los procesos de socialización.” (Julia, 1995, p. 356).

O sistema escolar

A primeira reforma educativa ocorrida (1911)¹, na Metrópole, na época da 1.ª República, só teve impacto, na colónia de Cabo Verde, seis anos depois.

No arquipélago, entre 1911 e 1916, a instrução compreendia o ensino primário elementar, com a duração de quatro anos (1.º e 2.º graus), o ensino primário complementar, o ensino secundário confessional (circunscrito ao Seminário-Liceu, na ilha de S. Nicolau) e o ensino pro-

fissional (Escola de Pilotagem, na ilha de S. Vicente). O Seminário entrou em decadência, tendo sido extinto em 1917, no âmbito da política anticlerical do regime político.

Em 1914, o professor José Rodrigues de Carvalho, em carta endereçada ao Inspector Escolar (publicada no jornal O Futuro de Cabo Verde), afirmava que “o fim do ensino primário elementar ou complementar é proporcionar ao educando os conhecimentos indispensáveis para a conquista do pão” (N.º 63, 1914, p. 2) e lamentava a falta de “um programa adequado, que delimite o campo da sua acção, em harmonia com as exigências

¹ Decreto de 29 de Março de 1911. Diário do Governo, n.º 73, 30-03-1911.

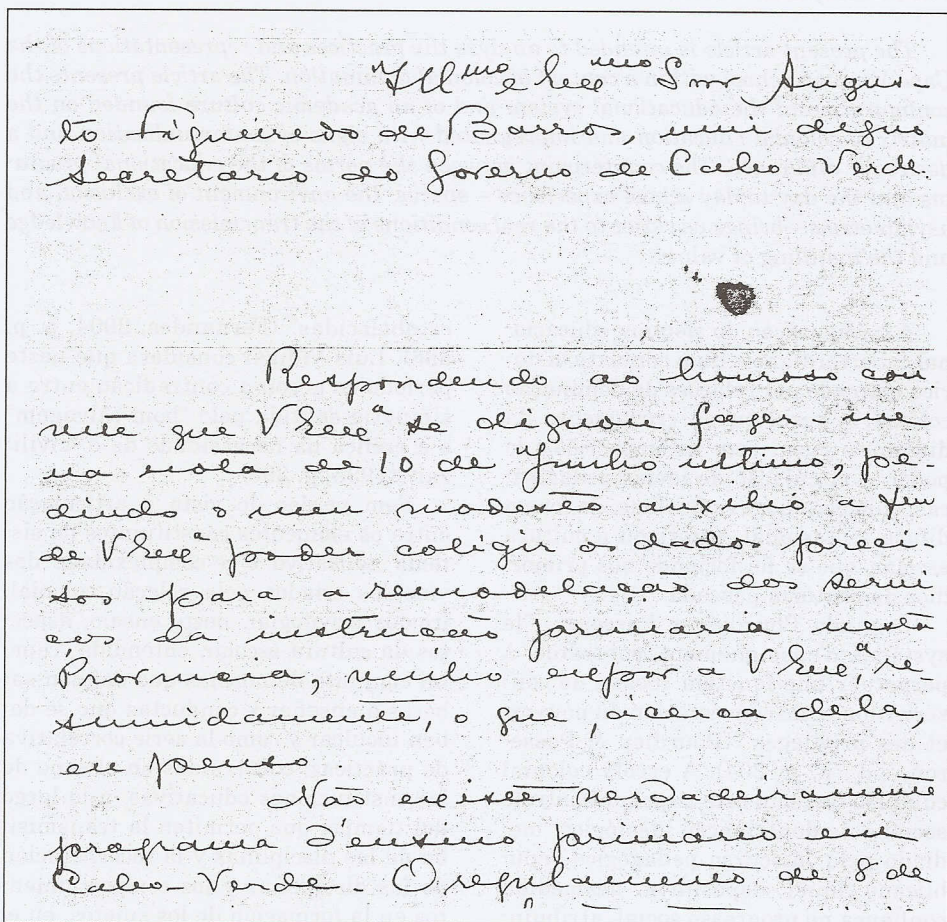


Figura 1. Excerto de uma carta endereçada ao Secretário-Geral do Governo (Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 670)

Apesar de o sistema de ensino cabo-verdiano ser uma ressonância do modelo português, denota-se um esforço de contextualização, ao preconizar-se “a

necessária adaptação do ensino agrícola e cívico, e [um] maior desenvolvimento da língua portuguesa e da história e da geografia caboverdeanas” (art.º 3.º).

Plano Orgânico da Instrução Pública na Província de Cabo Verde

TÍTULO I

Do ensino em geral

Art. 1.º O ensino em Cabo Verde compreende:

- 1.º O ensino primário e normal;
- 2.º O ensino secundário;
- 3.º O ensino profissional.

Art. 2.º A superintendência em todo o serviço de ensino compete ao Governo da Colónia, que a exercerá por intermédio do Conselho de Instrução Publica e de inspectores.

TITULO II

Do ensino primário e do normal

CAPÍTULO I

Do ensino primário

Art. 3.º O ensino primário abrange três graus, compreendendo as matérias dos programas do ensino primário elementar, complementar e superior adoptado na metrópole, com a necessária adaptação do ensino agrícola e cívico, e com maior desenvolvimento do da língua portuguesa e da história e da geografia caboverdeanas.

Art. 4.º O ensino primário complementar será ministrado em postos de ensino e em escolas de ensino primário elementar.

Art. 5.º O ensino primário complementar será ministrado, somente em escolas de ensino primário complementar.

Art. 6.º O ensino primário superior será ministrado em escolas de ensino primário superior.

§ Único. Haverá duas escolas de ensino primário superior, uma na Praia e outra em S. Nicolau no edifício do extinto seminário.

(Decreto n.º 3.435, 08-10-1917)

Quadro nº1. Plano curricular do ensino primário em Cabo Verde, ano de 1915

ÁREAS DISCIPLINARES			
1.º grau		2.º grau	
1.ª classe	2.ª classe	3.ª classe	4.ª classe
- Leitura - Escrita - Aritmética	- Leitura - Escrita - Aritmética - Sistema Métrico	- Leitura - Escrita - Aritmética - Sistema Métrico	- Leitura e Exercícios de Língua portuguesa - Escrita - Aritmética - Sistema Métrico - Geometria Prática Elementar - Desenho
- Desenho Trabalho de Agulha e Lavo- res	- Desenho - Trabalho de Agulha e Lavo- res	- Desenho - Trabalho de Agulha e Lavo- res	- Rudimentos de Ciências Naturais, aplicáveis à Agricultura e Hygiene - Corografia - História Pátria - Primeiras Noções de Educação Cívica
- Ginastica	- Ginastica	- Moral - Rudimentos de Agricultura Prática - Ginastica	- Ginastica

Fonte: Portaria n.º 264, 29-10-1915. Boletim Oficial (Supl.) n.º 15-45, 06-11-1915.

O currículo formal

No início do século XX, assistiu-se a um movimento internacional de renovação pedagógica e ao desenvolvimento da Psicologia e das suas aplicações ao campo educacional. Situa-se nesta época “o nascimento de um novo campo específico – o design ou a ciência de construção de currículos (Machado & Gonçalves, 1991, p. 78). O paradigma da eficiência, que dominou o mundo industrial americano de então, exerceu forte influência na organização dos programas escolares (Idem, 1999, p. 79).

No ano de 1915, o Boletim Oficial publicava os “programas que constituem o ensino primário em cada uma das diferentes classes” (N.º 23, 06-11-1915, pp. 1-4). A partir do “corpo de conteúdos de aprendizagem”, reconstituímos o elenco de disciplinas do ensino primário elementar:

A imprensa periódica saudou a publicação dos programas, considerando que “veio preencher uma lacuna importante do ensino que até então era insubsistente, arbitrário e incompleto” (O Futuro de Cabo Verde, n.º 156, 1916, p. 1). Apesar do carácter formal do currículo (de iniciativa oficial), os programas desvendam os saberes a ensinar, os métodos de aprendizagem e os valores a transmitir.

Leitura e Escrita

As orientações didácticas para o ensino da língua portuguesa – leitura e escrita – apelavam a exercícios de memorização e de raciocínio, baseados na tese da marcha graduada do ensino, “no princípio pedagógico do fácil para o difícil, tendo especial cuidado em não apresentar a matéria nova sem que a classe tenha conhecimento perfeito da que a precedeu e em não sobrecarregar excessivamente as lições e exercícios, para que possam ser proveitosos” (Programa do 1.º grau, 1.ª classe, Leitura, p. 1).

Defendia-se a precedência da leitura em relação à gramática, cujo “ensino deve ser exclusivamente prático e limitar-se ao

indispensável para que os alunos se habilitem a compreender, espôr e escrever correctamente” (Programa do 2.º grau, 4.ª classe, Leitura, p. 3).

O programa incorporava regras práticas para o uso do “quadro preto”, o emprego de “quadros impressos, litografados ou manuscritos e letras móveis” e fazia referências precisas ao tipo de papel pautado com linhas, cuja dimensões “não devem exceder 4 milímetros”. O ensino da escrita tinha como pressupostos comportamentais, “os preceitos gerais relativos à posição do corpo no acto de escrever, a colocação do papel ou da ardósia e do tinteiro, o modo de pegar na pena e no lápis, lado de onde convém receber luz natural ou artificial”, recomendando-se que a inclinação “tanto da letra como dos algarismos, deve ser de 45 graus”. A determinação que “não deve o professor consentir que os alunos se sirvam de fragmentos de lápis, excessivamente curtos, que devem desviar os dedos da posição conveniente”, atesta o distanciamento entre o normativo e a realidade social, num meio de extrema pobreza.

As considerações metodológicas ignoravam, por completo, a situação de diglossia que se vivia em Cabo Verde, onde a maioria dos alunos/as tinha, como língua materna, o crioulo e língua de escolarização, o português. O princípio que “todos os exercícios devem ser acompanhados de correcção nos vícios de pronúncia que os alunos apresentam, até haverem desaparecido esses vícios” (Programa de Leitura, 1.ª classe, p. 1) alude, de forma implícita, à situação linguística.

Para além de o carácter instrumental, o ensino do português deveria veicular “preceitos morais ou conselhos sobre higiene” (Programa do 1.º grau, 2.ª classe, Leitura, p. 2), em sintonia com uma “moral prática, tendente a orientar a vontade para o bem e a desenvolver a sensibilidade” (Decreto de 29 de Março de 1911). No programa do 2.º grau (4.ª classe) recomendava-se “a recitação de trechos que deverão constar de simples e singelas narrativas de factos históricos, descrições de lugares e contos morais” (p. 3).

Aritmética, Sistema Métrico e Geometria

A disciplina de Aritmética era ministrada, ao longo das quatro classes, e o ensino do Sistema Métrico Decimal situava-se na 2.^a e 3.^o classes, enquanto que, na 4.^a classe, se ensinava Geometria Prática. Na fase de iniciação, a metodologia conduzia a “exercícios de cálculo mental concreto e abstracto” (Programa de Aritmética, 1.^a classe). O ensino do Sistema Métrico começava pela “intuição” das unidades de medida e passava a “exercícios numerosos de uso comum”, de modo a transformar o saber em aprendizagem.

O ensino da Geometria Prática Elementar recorria ao método “intuitivo” e à concretização dos saberes: “traçar com um fio e um pedaço de giz uma linha recta em qualquer tábua que se pretenda serrar” (Programa de Geometria, 4.^a classe, p. 4).

Nas indicações didácticas, sugeriam-se actividades diferenciadas para alunos e alunas: “Os professores podem mostrar também aos alunos, por meio de polígonos, recortados em cartão de varias cônes, que os triângulos hexágonos e quadrados, e estes combinados com octógonos regulares, podem unir-se sem deixar intervalos, e que estas formas geométricas são muitas vezes aproveitadas para sobradar e ladrilhar pavimentos, etc.

As professoras poderão igualmente mostrar as suas alunas que para fazerem coberturas, sacos, etc., podem aproveitar retalhos de fazenda, que não tenham outra aplicação, com as quais, dando-lhes as indicadas formas geométricas podem obter um objecto de uso doméstico, útil e de bonito aspecto.” (Programa de Geometria, 4.^a classe. Boletim Oficial [Supl.] n.º 15 - 45, 06-11- 1915, p. 4)

Corografia, História Pátria e Educação Cívica

O ensino da Corografia recorria à “demonstração intuitiva da forma da terra” e

apelava à intuição “que os alunos tenham já adquirido pelo conhecimento da localidade em que acharem, ou das que tenham visitado” (Programa, 3.^a classe, p. 3). Nas orientações programáticas, insistia-se que “o ensino da Corografia devia ser essencialmente intuitivo” e recomendava-se aos professores que “não devem exigir uniformidade de palavras e convêm ter em vista que importa menos a definição do que o conhecimento perfeito definido” (Idem).

Em contradição com os princípios da aprendizagem activa, fundamentada no conhecimento da realidade local, os saberes reportavam a uma realidade alheia ao universo das crianças cabo-verdianas, centrada “em rios, portos e cabos, (...) caminhos de ferro, estradas, rios navegáveis, etc.”.

A aprendizagem da História Pátria, a história do outro, enfatizava “os factos mais salientes da história de Portugal” (Programa, 3.^a classe, p. 3) e uma visão grandiosa e apologética da pátria (Portugal), como realidade única, que visava a franja da população assimilada.

Ciências da Natureza

Os Rudimentos de Sciencias Naturaes, especialmente aplicáveis à Agricultura e à Hygiene propunham uma iniciação a conceitos básicos de Física, Astronomia e ao estudo do corpo humano. As considerações didácticas apelavam à ordenação dos saberes “em lições de coisa”³ e ao ensino feito “por meio de processos intuitivos, com o auxílio de estampas, na falta ou impossibilidade da apresentação dos próprios objectos” (Programa, 4.^a classe, p. 3). Nas aplicações práticas, aludia-se aos “prejuízos que resultam de abuso de bebidas alcoólicas” e às principais desinfestações que importa conhecer”, com uma alusão específica à varíola e às necessidades da

3 A reforma curricular de 1911, preconizava que no ensino elementar e complementar “são obrigatorias as lições de cousas, como meio de educação physica, intellectual, moral e esthetica.” (Art. 14.º, decreto de 29 de Março de 1911. Diário do Governo, n.º 73, de 30 de Março de 1911, p. 576).

vacinação e aos inconvenientes que resultam da falta de limpeza” (Idem).

Agricultura Prática

Em conformidade com a natureza do “ensino primario [que] deve ser essencialmente pratico, utilitario e quanto possivel intuitivo” (Art. 12.º, Decreto de 29 de Março de 1911⁴), o elenco de disciplinas incluía os Rudimentos de Agricultura Prática, com conteúdos que, dificilmente, podiam ser estudados localmente, como “a cultura e tratamento do pinheiro, do sobreiro, castanheiro, oliveira, criação do bicho da seda e das abelhas”.

O Futuro de Cabo Verde, pela pena de um professor-jornalista considerava:

“O estudo da Agricultura feito em face dos compêndios adoptados para a escola metrópole, é sobremodo abstracto e estéril, por isso que os conhecimentos que exibem não são applicáveis à flora tropical, tornando-se necessário que o pro-

fessor supra êsse defeito com indicações úteis sobre agricultura regional.

Assim é conveniente ensinar aos alunos os processos da fabricação da aguardente, açúcar, sabão, extracção do oleo das sementes da purgueira, rícino, coco, etc.

A cultura da bananeira, café, cana de açúcar mandioca, mangue, coqueiro, diversos cereais e legumes de primeira necessidade, deve merecer particular atenção ao professor no ensino desta disciplina, que deve ser ministrado em lições de coisas, de fôrma a conseguir-se uma utilidade rial.” (N.º 156, 1916, p. 1)

Trabalhos de Agulha e Lavoires

Era um domínio exclusivamente feminino, que acompanhava as alunas ao longo das quatro classes. Em consonância com a cultura de género, visava a formação da mulher-mãe-esposa-dona de casa. Os conteúdos e as práticas incidiam nas prendas domésticas: costura, malha e croché.

Desenho

Disciplina transversal, no ciclo de estudos, assentava numa concepção rígida

⁴ Diário do Governo n.º 73, de 30 de Março de 1911, p. 576.

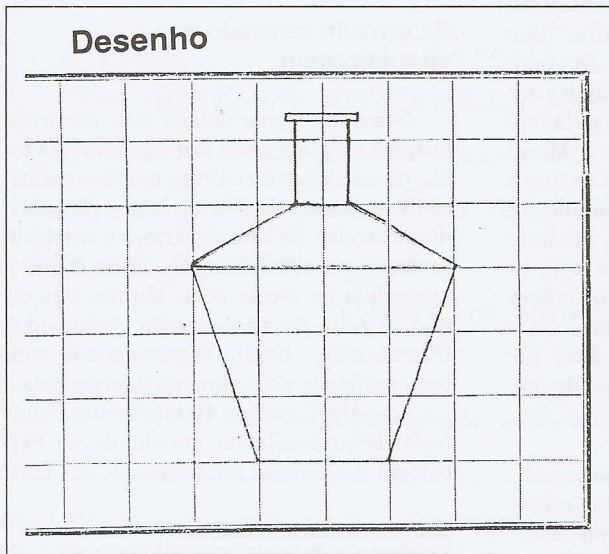


Figura 2. Prova de desenho, exame do 2.º grau do ensino primário, Mosteiros.

(Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 669)

e mecanicista da realidade, que se exercitava pela repetição de “linhas rectas em diferentes posições, horizontais, verticais, oblíquas, cruzadas em diagonal, etc.” (Programa, 1.ª classe, p. 2), na “combinação de linhas rectas e curvas ou só de linhas curvas” (Programa, 2.ª classe, p. 3), “construções gráficas muito simples, com o auxílio de régua, esquadro, compasso e tira-linhas” (Programa, 3.ª classe, p. 3) e “linhas e ângulos” (Programa, 4.ª classe, p. 4).

O saber-fazer, fruto de gestos e repetições, progredia num crescendo de complexidade: “cópia de estampas, representando objectos de uso comum” (1.ª, 2.ª e 3.ª classes) e “objectos existentes na escola: mesa, bancos, quadros, balanças, peso, medidas, etc., em dimensões pequenas” (4.ª classe).

Malgrado o atomismo das áreas curriculares, encontramos zonas de interdisciplinaridade Desenho – Língua Portuguesa – Corografia, através de “exercícios de caligrafia” (Programa, 2.ª classe, p. 2) e da cópia de “mapas corográficos: províncias, distritos, regiões, curso dos rios principais, etc.” (Programa, 4.ª classe, p. 4).

Moral e Educação Cívica

O programa de Moral marcava uma ruptura com o passado. Apresenta-nos, parafraseando Rómulo de Carvalho “uma escola sem Deus, enormidade escandalosa e arrepiante para mentalidades secularmente amparadas pelas palavras da Igreja” (1998, pp. 674-675). A Moral devia ser prática – uma conduta para a vida, guiada pelo bem e pela vontade – e um instrumento de socialização, mediante “deveres para connosco, para com os membros da família e para com os nossos semelhantes” (Programa, 3.ª classe, p. 4).

O professor cabo-verdiano José Rodrigues de Carvalho, num artigo de opinião, pronunciava-se sobre:

“O ensino da moral [que] é o que mais dificuldades tem oferecido a alguns colegas, porque não há um compêndio feito

em Harmonia com as actuais exigências do regulamento escolar. Mas explanado o assunto, temos a dizer que esse ensino deve ter uma feição inteiramente prática, aproveitando-se para êle as matérias contidas nos livros de leitura, história pátria e qualquer ensejo que se ofereça no convívio com os alunos durante as aulas, corrigindo-lhes as tendências contrárias aos bons costumes, incutindo-lhes no espírito a noção do dever e despertando-lhes a consciência moral, por meio de exemplos.” (O Futuro de Cabo Verde, n.º 156, 1916, p. 1)

Ginástica

Para os alunos, a listagem dos exercícios remetia para a “instrução militar preparatória”, pois visava a “adaptação dos alunos aos exercícios de ginástica e à escola do soldado sem arma” (programa, 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª classes, p. 4). A ginástica feminina integrava-se no programa para os rapazes, “com excepção dos saltos”.

O programa concluía com a recomendação aos professores de “não fatigar excessivamente os alunos”, com a advertência que a ginástica “deve ser mais um recreio do que um trabalho” (idem).

O currículo centrado na aprendizagem

Como na generalidade dos currículos formais, os programas são constructos ideais, distanciados da cultura empírico-prática do professor, da sala de aula e do quotidiano escolar. Se considerarmos o currículo centrado na aprendizagem, “tudo o que é aprendido na escola pelos alunos, seja ou não objecto de transmissão deliberada” (Formosinho, 1983), deparamo-nos com uma realidade abissalmente diferenciada.

Agustín Escolano Benito⁵, numa conferência proferida na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Uni-

⁵ Professor da Universidade de Valladolid.

versidade de Lisboa (6 de Maio de 2004), alertava que “não é possível espreitar uma sala de aula, do passado, pelo buraco da fechadura”, mas que a podemos “captar”, através das fontes etnohistóricas.

Vamos “espreitar” a escola cabo-verdiana:

Casa da escola

“É uma casa particular, coberta de palha, e que mede, pouco mais ou menos, 6 metros de comprimento por 3 de largura, tendo 2 portas N. S. e 1 janela L.” (Reis Borges, O estado deplorável das escolas oficiais de Cabo Verde. A Voz de Cabo Verde, n.º 9, 1911, p. 3).

“Existia a casa que servia de escola, e que casa!!; dentro paredes nuas, alugada pela Camara Municipal da ilha do Fogo; dentro paredes nuas despidas de cal e barro, tendo por soalho terra leve e movediça. Nem um banco para alumnos nem cadeira para o professor. Era isto a escola oficial do Sítio de S. Jorge.” (Relatorio sobre o movimento da escola oficial de S. Jorge da ilha

do Fogo e seus resultados (manuscrito), 01-09-1916, p. 3 v. Arquivo Histórico de Cabo Verde, Caixa 666)

“Ex.mo Sr. – A casa escolar d’esta freguezia é muito pequena e coberta de palha. Tem como carteira uma taboa, sobre que os meninos escrevem, e quatro bancos de regular comprimento e muito estreitos. – (ass.) Pedro Rodrigues Tavares. Do professor official de 1.ª classe da freguezia de N.ª Sr.ª da Luz. (José Maria C. de Azevedo. Sam Nicolau – Estado da instrução primária. 1.º e 2.º gráus. A Voz de Cabo Verde, n.º 232, 1916, p. 3)

“Iniciou-se o ano lectivo de 1913-1914. (...) Bancos quebrados, mesas sordidas para os professores, falta de quadros parietais, etc., etc.” (O Futuro de Cabo Verde, n.º 24, 1913, p.1)”

“A secretária do professor é uma obra que se fôsse mandada para alguma exposição de curiosidades coloniais estamos certo que obteria o primeiro prémio, em atenção ao seu estado de decrepitude e mais particularidades assombrosas que a caracterizam.” (O Futuro de Cabo Verde, n.º 163, 1916, p.3)

Expressão escrita

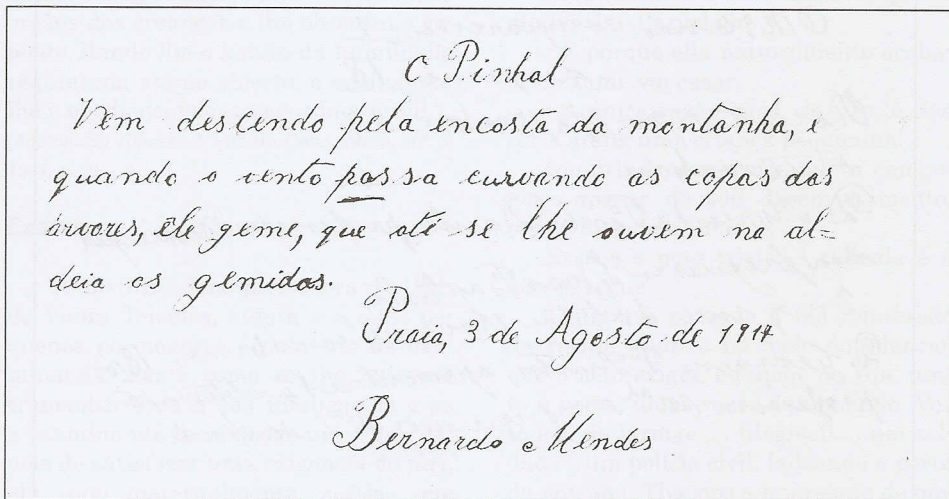


Figura 3. Redacção de um aluno da instrução primária elementar, 03-08-1917.

Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 669

Exclusão

Nota dos exames realizados nesta ilha
 seus nomes, classificações e valores
 dos exames de cada um.

Professora Heitor Fortunino nas 2 freguesias
 Alunos no exame deste professor 34
 Faltou o numero 25 $\frac{1}{33}$
 23 examinados e classificados de 15 a 18 valores.
 9 id id de 10 a 14 id
 1 Reprovado, não conseguiu se entender a fala.
 33 Freguesia de S. João Baptista. Regia
 longo do Sr. Fortunino apresentaram 13 a exame
 O N.º 4 não compareceu $\frac{1}{12}$
 Examinados com os valores de 10 a 14, valores
 D. Maria A. B. T. Teixeira, professora com
 S. João Baptista. Regia
 apresentaram a exame 19 habilitados
 O N.º 6 não compareceu $\frac{1}{18}$
 a exame $\frac{18}{14}$
 Resultado de 15 a 18 valores 14
 de 10 valores 4
 D. Maria da Penha Dantas professora Municipal
 na freguesia S. João Baptista.
 2 a exame 4 obtiver 15 valores, com 6 de com. 18.º.
 D. Georgina F. Santos, apresentando 4 obtiver 15.
 professora em 1.ª freguesia de S. do Monte
 Valtos

Figura 4. Documento redigido pelo Presidente do Júri dos exames de instrução primária, Ilha Brava, 30 de Agosto de 1912. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 664.

(In)disciplina

“Isto vinha só para dizer que a educação recebe-se em casa e a instrução na escola, e poupava-se ao público consciente o espectáculo indecoroso que se observa em muitas escolas, da província, em que os alunos, como se num curral estivessem, perturbem a ordem, cusparam nas paredes, risquem paredes e carteiras, sendo os professores impotentes para domarem uma orda miuda de malcriados, a quem os pais nada dizem, e os professores nada podem fazer. Regulado êste assunto de capital importância, conseguia-se o que é mister, haver disciplina.”

(A. Xavier da Fonseca. *O Futuro de Cabo Verde*, n.º 63, 1914, p.2)

Castigos

“O ensino às creanças deve ser ministrado com intermittenças: cada hora de estudo seguida de quinze minutos de recreio, sob as vistas do professor. Uma tal distribuição de tempo, a criação de premios e outros estímulos, só podem efficazmente supprimir o uso e abuso da palmatoria, das orelhas de burro e de outros castigos antiquados que moem os órgãos das creanças e lhe obcecaram o espirito, dando-lhe o habito da humildade requintada até ao objecto, e ensinando-lhe a obediência desarrazoada e servil.”

(António do Rincão. *A Voz de Cabo Verde*, n.º 5, 1911, p. 2)

Exame

“A distintíssima professora D. Kil-da Vieira Teixeira, atenta aos mais pequenos pormenores e palavras da examinanda, fixa-a como se lhe quizesse transmitir toda a sua intelligencia e se a examinanda lhe o dirige um olhar, depois de satisfazer uma exigencia do júri, ela sorri maternalmente, sorriso que traduz estas palavras:

- Vais bem, estou contente contigo.

E a criança animada, desembaraçada, satisfaz cabalmente todas as provas exigidas pelo júri.

É chamada outra. Saberei corresponder ao sacrificio e trabalho que teve por mim?

E a professora, acariciando-a com o seu olhar, sorri e, com um pequeno movimento de cabeça, parece dizer:

- Tenho plena confiança em ti.

A terceira examinanda, tão pequenina e, que foi preciso por-lhe um banquinho para chegar à pedra!

Concluíram os exames das sete alunas pelas 16 horas, sendo todas classificadas mercedamente com distincção.

Vamos agora a umas notas tristes e outras ridiculas.

Depois de começarem os exames entrou na sala a professora municipal da freguezia de N.º Sr.ª do Monte, acompanhada de uma discipula, que oportunamente, será também, submetida a exame.

O aparecimento dessa aluna foi motivo de risota por parte de algumas meninas, risota contagiante que se comunicou a mais crianças.

A atitude reprovativa de várias senhoras conteve essa nota desagradavel de falta de educação.

Perguntamos a uma menina, qual o motivo da hilariedade.

- É porque ella naturalmente acabando o exame vai casar.

- A única razão, pois, do riso, é não ser a aluna uma criança pequenina!

Inquirindo, soubemos que a campo-zeza apesar do seu desenvolvimento, contava apenas 15 anos!

Essa é a nota triste. A ridicula é a que se segue.

Tinha-nos passado a má impressão da risota, quando no meio do silencio, que o acto exigia, ouvimos na rua, junto á porta, umas vozes de comando. Voz rouca, de laringe ... (ilegível)..., um soldado e um polícia civil, ladeando a porta da entrada. Tivemos a impressão de que era a defunta guarda municipal, cercan-do uma casa de batota!

Pouco depois, entrava, triunfante, cheio de si mesmo... e de muito mais, o soba da localidade!!

Entrou e saiu por três vezes, mostrando-se, mas sempre com as mesmas vestes e caracterização.”

(*A Voz de Cabo Verde*, n.º 55, 1912, p. 3)

Tentando concluir

A “apropriação” da escola do passado e a percepção dos desvios entre a lógica burocrática, a utopia da reforma e o duro quotidiano escolar desvendam um modelo curricular centralizado e burocrático (o esforço reformista esgotava-se na legislação concebida na sede do Império e divulgada pelo poder provincial), projectado para um abstracto “aluno médio, português, branco”, num alheamento absoluto da realidade islenha.

Os programas apresentavam um repositório de directivas didácticas: saberes, actividades, normas de conduta, prescrições de método e de tempo. O formalismo das orientações programáti-

cas não esconde a questão linguística e a alienação curricular (conteúdos estranhos à vida real, destituídos de relevância social) e as marcas de uma cultura de género discriminatória.

A imagem da escola degradada, irrespirável, despida de objectos didácticos e de afecto conduz-nos a espaços que se confundem com a pobreza do meio e a indiferença do poder.

As práticas pedagógicas eram marcadas por preceitos e práticas de autoridade e obediência. O controlo disciplinar não consistia simplesmente em ensinar, impunha “a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, condição de eficácia e rapidez” (Foucault, 1975, p. 178), em situações de submissão e humilhação.

A tentativa de reconstituição do acto educativo, com o recuo de quase uma centúria, desvendou a predominância da «escola-pardieiro» (Oliveira, 1998, p. 71), plasmada num em relações desiguais e num modelo de alteralidade, esbatido pelo espírito liberal da época republicana.

Fontes:

Documentos manuscritos

Correspondência de Simão José Berlenga, 25 de Agosto de 1915. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 670.

Correspondência do Presidente da Junta Local de Instrução Pública, Vila de Ponta do Sol, 14 de Setembro de 1921. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 665.

Nota do Presidente do júri de exame, Ilha Brava, 30 de Agosto de 1912. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 664.

Redacção “O pinhal”, 3 de Agosto de 1917. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 669.

Relatório sobre o movimento da escola oficial de S. Jorge na ilha do Fogo, 1 de Setembro de 1916. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Caixa 666.

Artigos de jornais

AZEVEDO, José Maria C., “Sam Nicolau – Estado da instrução primária”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, n.º 232, 1 de Março de 1916, p. 3.

BORGES, Reis, “O estado deplorável das escolas oficiais de Cabo Verde”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, n.º 9, 26 de Abril de 1911, p. 3.

C., “Através do arquipélago”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, n.º 55, 2 de Setembro de 1912, p. 3.

CARVALHO, José Rodrigues, "Regulamento escolar", A Voz de Cabo Verde, Praia, 9 de Julho de 1914, p. 2.

CARVALHO, José Rodrigues, "Interesses do ensino primário", O Futuro de Cabo Verde, Praia, n.º 156, 23 de Abril de 1916, p. 2.

"CIDADE VELHA", O Futuro de Cabo Verde, Praia, n.º 163, 11 de Junho de 1916, p. 3.

"INSTRUÇÃO PÚBLICA", O Futuro de Cabo Verde, Praia, n.º 24, 9 de Outubro de 1913, p. 1.

FONSECA, A. Xavier, "Ordem do dia: Instrução pública em Cabo Verde", O Futuro de Cabo Verde, Praia, n.º 63, 9 de Julho de 1914, p. 2.

RINCÃO, António do, "Instrução pública em Cabo Verde IV", A Voz de Cabo Verde, Praia, n.º 5, 29 de Março de 1911, p. 2.

Legislação

Portaria n.º 264/15. Boletim Oficial (Supl.) n.º 15-45, 6 de Novembro de 1917, pp. 1-4.

Decreto, 29 de Março de 1911. Diário do Governo n.º 73, 30 de Março de 1911.

Decreto n.º 3.435/17. Boletim Oficial (Supl.) n.º 18-43, 30 de Outubro de 1917, pp. 1-4.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre, & Passeron, Jean-Claude. (s.d.). A reprodução: Elementos para uma teoria dos sistemas de ensino. Lisboa: Veja.

Fernandes, Rogério. (2004). "A história da educação e o saber histórico". In M. L. F. e. M. C. MENEZES (Ed.), Rogério Fernandes: Questionar a sociedade, interrogar a história, (re) pensar a educação. Porto: Edições Afrontamento.

FOUCAULT, Michel. (1975). *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Édition Gallimard.

JULIA, Dominique. (1995). «La culture scolaire comme objet historique». In A. NÓVOA, M. Depaepe & E. V. Johanningmeir (Eds.), *The colonial experience in education: Gent, Paedagogica Historica, Supl. Series, 1*.

MACHADO, Fernando Augusto, & Gonçalves, Maria Fernanda. (1991). *Currículo e Desenvolvimento Curricular: Problemas e perspectivas*. Porto: Edições ASA.

OLIVEIRA, João Nobre de. (1998). *A imprensa cabo-verdiana (1820-1975)*. Macau:

FUNDAÇÃO MACAU, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

VIDIGAL, Luis. (1996). "Entre o exótico e o colonizado: imagens do outro em manuais escolares e livros para crianças no Portugal imperial (1890-1945)". In A. NÓVOA, M. Depaepe & E. V. Johanningmeir (Eds.), *Para uma história da educação colonial*. Lisboa: Educa.